

## Base Nacional Comum Curricular: competências, habilidades e o planejamento escolar

Valquíria Soares Mota Sabóia<sup>i</sup>

Secretaria Municipal de Educação, Crateús, CE, Brasil

Rozilda Pereira Barbosa<sup>ii</sup>

Faculdade de Educação de Crateús, Crateús, CE, Brasil



1

### Resumo

Este artigo aborda a temática da Base Nacional Comum Curricular, e tem como objetivo tratar sobre como relacionar competências e habilidades curriculares tendo como foco o planejamento didático. Esta abordagem tem cunho qualitativo e a metodologia empregada é a bibliográfica, tomando como referencial teórico a BNCC (2018), Arroyo (2013), Sacristán (2017), entre outros. Inicialmente buscamos conceituar competências em seguida o currículo em um contexto histórico crítico. E numa ligação mais didática, vimos o planejamento como fonte condutora das rotinas desempenhadas na escola, seus desafios e perspectivas diante da reflexão, ação para bem ensinar e aprender. A responsabilidade do docente fundamenta-se em estudar e planejar ações que integrem as crianças na escola para a alfabetização na idade certa e para a inclusão social concreta. Conclui-se que a BNCC deve ser de fácil acesso a todo educador, de modo a auxiliá-los na reconstrução de caminhos didáticos viáveis.

**Palavras-chave:** Base Nacional Comum Curricular. Competências e habilidades. Planejamento escolar.

### Common National Curriculum Base: competences, skills and school planning

#### Abstract

This article addresses the theme of the Common National Curricular Base, and aims to address how to relate competences and curricular skills with a focus on didactic planning. This approach has a qualitative nature and the methodology used is the bibliographic, taking BNCC (2018), Arroyo (2013), Sacristán (2017) as the theoretical framework, among others. Initially we seek to conceptualize competencies, then the curriculum in a critical historical context. And in a more didactic connection, we saw planning as a source of conducting the routines performed in the school, its challenges and perspectives in the face of the reflection action to teach and learn well. The teacher's responsibility is based on studying and planning actions that integrate children in school for literacy at the right age and for concrete social inclusion. It is concluded that the BNCC must be easily accessible to every educator, in order to assist them in the reconstruction of viable didactic paths.

**Keywords:** National Common Curricular Base. Skills and abilities. School planning.



## 1 Introdução

2

O presente artigo pretende discutir a Base Nacional Comum Curricular, visando reflexões maduras e contextualizadas capazes de agregar valores as competências e habilidades para além do currículo e das disciplinas. Tendo em vista o impacto gerado na sala de aula a partir do planejamento docente. Para tanto, desenvolver-se-á uma análise bibliográfica de autores que vem contribuindo com a temática curricular, as competências e sobre o planejamento docente. No contexto do currículo destacamos: BNCC na prática (2018), Arroyo (2013), Sacristán (2017), Perrenoud (1999, 2001, 2002, 2005), Libâneo (1994).

Desse modo, o processo de mudanças na escola encontra-se contido no interior desse estudo por meio das reflexões sobre competências, habilidades e os aspectos ligados, ao constructo de uma BNCC mais democrática e capaz de gerir o redimensionamento pedagógico sem desmontar os saberes docentes, discentes, mas aliando esses saberes de forma clara, imprescindível a participação social pela escola.

O trabalho reflete a preocupação das autoras em aproximar a temática abordada aos saberes e planejamentos docentes, de modo a não limitar a ação do professor diante das habilidades, conhecimentos, valores e atitudes que necessitam ser implementadas no currículo e nas rotinas contínuas para uma sala de aula viva e recheada de esperanças.

## 2 Metodologia

O percurso metodológico do presente trabalho caracteriza-se como uma análise de cunho qualitativo, construída a partir do método bibliográfico. O diálogo foi estabelecido com autores que discorrem sobre currículo e educação, a exemplo de: Arroyo (2013), Sacristán (2017), Perrenoud (1999, 2001, 2002, 2005), Libâneo (1994). Abordou-se ainda a BNCC na prática (2018), por ser este o mais novo documento de caráter curricular aprovado no âmbito da educação brasileira, com base no qual as escolas em todo território



nacional estão sendo orientadas a construir ou revisar os seus Projetos Políticos Pedagógicos e pensar a prática educativa.

No diálogo com o referencial bibliográfico, o trabalho conta com o olhar observador da experiência educativa de quem tem no chão da escola o lugar de trabalho e campo de pesquisa, e acompanha de perto os processos de ensino e de aprendizagem, bem como as mudanças que estão sendo propostas pela BNCC e os esforços para implementação. Deste modo o trabalho parte da observação do cotidiano escolar, buscando refletir, compreender e discutir esse cotidiano com bases teóricas do campo da educação.

3

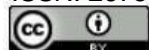
## 3 Resultados e Discussão

### 3.1 Base nacional comum curricular: competências e habilidades

Para início de conversa buscaremos conceituar: Base Nacional Comum Curricular, competências, habilidades e planejamento docente.

A Base foi construída democraticamente de forma colaborativa em um longo e amplo processo que começou em 2015. Entre 2015 e 2016, a primeira versão do documento recebeu 12 milhões de contribuições na consulta pública. [...] em 27 seminários estaduais, mais 9 mil contribuições na consulta. (VICHESSI, s/d, p.39)

A BNCC é uma política de estado, nota-se com base na citação que o debate tomou porte de diálogo sob a compreensão do caráter público para uma escola mais democrática, direito de todos e dever do Estado. O grande questionamento é a permanência de possibilidades, acesso aos bens culturais acumulados ao longo da história, em que as camadas sociais sejam renovadas a socializar seus conhecimentos. É importante compreender-se que há a necessidade de reflexão dos aspectos da BNCC sob um currículo integrado e com foco no estudante, e na potencialização de sua identidade cultural, pois “[...] não é possível ignorar que o currículo determinado pelos livros didáticos,





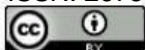
de maneira geral, tem conduzido a prática de ensino de grande parte dos professores brasileiros” (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI 2009, p. 177).

É preciso reflexão sob o que ensinar, o que tem sido exigido dos estudantes e como se tem ensinado os conteúdos. A discussão na BNCC permite que educadores atendam a base comum sem negar a diversidade dos brasileiros. Contemplar os conteúdos programados desde os PCNs e agora na BNCC para Educação Infantil e Ensino Fundamental com suas contribuições organizadas, é uma responsabilidade daqueles que estão na sala de aula e dos que estudam e planejam as políticas públicas.

Para a efetivação da proposta de ensino via BNCC, cabe a cada estado brasileiro, coordenar as suas atividades de ensino e aos municípios acompanhar cooperando com a realização de um ensino público mais coerente com as realidades vivenciadas em cada cultura. Libâneo (1994, p. 37) complementa dizendo que: “[...] A necessidade social e o direito de todos os segmentos da população de dominarem conhecimentos básicos comuns e universais de forma alguma implicam na exclusão ou desconhecimento da cultura popular regional”.

Podemos afirmar que os saberes locais regionais retratam as experiências e comportamentos socioculturais do povo e jamais poderão ser negados. Assim, os saberes sistematizados podem, devem estar à serviço do povo possibilitando visões mais precisas da realidade e desenvolvendo competências e habilidades diversas nos estudantes, desencadeando ações reflexivas pelos gestores, coordenadores pedagógicos e professores acerca de processos de assimilação dos conhecimentos baseados em planejamentos participativos, em avaliações didáticas permanentes e capazes de acompanhar paulatinamente os avanços obtidos pelos estudantes.

De acordo com Cury, Reis, Zanardi (2018, p. 102) “[...] é preciso fazer perguntas críticas a BNCC para a Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental [...]”. Pois põem em xeque o desenvolvimento infantil por meio do qual o currículo visa atender a necessidade de aprender pelo ato de brincar. “A opção por focar o futuro das crianças em detrimento do tempo presente coloca em destaque questões críticas sobre conteúdo, coerência e controle do currículo por organismos governamentais [...]” ( *Ibid.* p. 103).





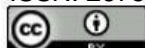
A questão não deixa de ser relevante tendo em vista, que ao conviver com as crianças percebe-se um vínculo forte dessas com fatos reais, problemas socioeconômicos e culturais de modo geral. Espera-se que os professores fiquem atentos, buscando construir junto às crianças um currículo pautado em experiências, sem contudo tornarem-se tendenciosos, como também, visem atenção tanto aos conteúdos curriculares necessários a aprendizagem na Educação Infantil e anos iniciais, quanto na forma de ensiná-los. Desse modo, conteúdo, coerência, precisam aparecer para além do alinhamento de uma política obrigatória.

Para Perrenoud (1999, p. 07) “São múltiplos os significados de competências [...] capacidade de agir eficazmente em um determinado tipo de situação, apoiada em conhecimentos, mas sem limitar-se a eles [...]”. O autor indica que a nossa experiência de vida gera a subjetividade o “jeito de ser e fazer de cada um. Trata do espaço de reconstituição de cada sujeito e da diversidade dos motivos que conduzem este sujeito a “fazer” e “refazer” conforme ao aprimoramento da experiência vivida de forma racional.

Não se pode negar a questão de a escola trabalhar o sentido da palavra “competência” ligada aos conteúdos programáticos sistematizados que tem o fim de adquirir o conhecimento elaborado científico. “[...] Os currículos fixam as matérias, a grade horária organiza o tempo [...]” (MACEDO IN PERRENOUD, 2002, p. 138). Há ainda, diversos questionamentos a serem mantidos sob uma perspectiva de compreensão crítica sob o lugar que ocupa o termo “competência” na BNCC.

A BNCC serve como referências para a construção e adaptação dos currículos de todas as redes de ensino do país. As redes e escolas seguem com autonomia para elaborar, por meio do currículo, metodologias de ensino, abordagens pedagógicas e avaliações, incluindo elementos da diversidade local e apontando como os temas e disciplinas se relacionam. BNCC e currículo tem, portanto, papéis complementares: Base dá o rumo da educação, mostrando aonde se quer chegar, enquanto os currículos traçam os caminhos (CURY; REIS; ZANARDI 2018, p. 65).

A reflexão nos leva a questionar sobre a polissemia dos termos BNCC e Currículo? Não se busca polemizar, mas entender: Currículo, caminho e BNCC, Base. Macedo (2013) *apud* Cury, Reis, Zanardi (2018. p. 26) revela currículo “documento onde





se expressa e se organiza formação” e “currículo como prática educativa como um todo e nela assume feições que o conhecimento e a compreensão do documento por si só não permite elucidar”, e nos estudos freireanos o currículo como: “ a política, a teoria e a prática do que fazer na educação, no espaço escolar, e nas ações que acontecem fora desse espaço numa perspectiva crítico transformadora” (SAUL *apud* CURY, REIS, ZANARDI 2018, p. 120).

## 3.2 Competências e planejamento didático

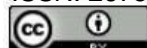
Ter ou não ter competência para exercer uma dada função é ou não uma questão de planejamento? “Uma competência nunca é a implementação “racional” pura e simples de conhecimentos, de modelos de ação, de procedimentos [...]” (PERRENOUD 1999, p. 08).

A ideia do autor desfaz aquela de quem tem muitos conhecimentos, tem saberes. A escola exige principalmente o saber reconhecer que para as situações inusitadas precisamos ter estratégias “pertinentes”. Com um bom planejamento seremos capazes de resolver situações inéditas, portanto, é imprescindível termos conhecimentos que validem ações a curto e longo prazo. Pois planejar é: orientar, programar, organizar, agir continuamente.

### 3.2.1 O que é planejar?

Saber escolher caminhos, fazer reflexões sobre as ações, decidir o caminho. Nesta perspectiva afirmam Dias e Severo (2020, p. 137): “O planejamento é um exercício de pensamento analítico-estratégico e exige uma reflexão sobre a realidade, sobre suas práticas, porque se trata de uma preparação reflexiva e antecipada de uma ação a fim de atingir determinados objetivos”.

Para realizar um planejamento útil e desejável se faz necessário, segundo Fuzari (1990) intencionalidade e sistematização. Fica claro que trata-se de uma







atitude de comprometimento, de reflexão séria sobre a realidade, e que improvisar pode até ocorrer em processo didático, mas que não é a ação ideal, como diz Gandin (1991, p. 30) “Não há ensino sem planejamento”, posto que:

[...] o planejamento é uma dimensão didática indispensável no trabalho pedagógico, visando constituir razões e modos de ação para a organização dos processos de ensino e aprendizagem compatíveis com esse pressuposto crítico-progressista de educação. (DIAS; SEVERO, 2020, p. 139)

7

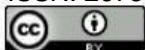
A improvisação se ocorrer, indica uma “remediação” de dado momento que pode ser de estrutura física da sala, de materiais didáticos ou humano, de tempo ou qualquer que seja a situação; mas a aula nunca poderá ser ao acaso, algo sem um pensamento docente prévio, amoroso e responsável. Tendo-se em vista, que o tempo da criança, suas expectativas e direitos de aprendizagens encontram-se envolvidas no processo de ensinar e aprender.

A arte de planejar envolve objetivos, que devem indicar o para quê/porquê, evidenciando compromisso com os conteúdos a serem estudados. Deve abordar como fazer, procedimentos e pensar nos recursos existentes, de que preciso, como também, o espaço, o tempo, quando e onde ensinar e aprender, é importante averiguar com avaliação se as ações foram adequadas, se mantém como está ou há necessidade de refazer.

[...] a avaliação da aprendizagem escolar no Brasil, hoje, tomada in geral, esta a serviço de uma pedagogia dominante [...] serve a um modelo social dominante, o qual, genericamente pode ser identificado como modelo social liberal conservador [...] (LUCKESI 2005, p. 29)

Quando o autor fala desse modelo liberal conservador como fomento norteador de processos em 2005 pode-se pensar que se trata de um posicionamento fadado ao fracasso, no entanto, há algo ligado aos processos atuais no tocante a exigência de autonomia pessoal buscar-se auto realização pessoal.

Planeja-se aulas para uma classe “heterogênea”, como se esta fosse “homogênea”. Nas etapas do planejamento visamos inicialmente diagnosticar a realidade.





O ideal é então, a partir do diagnóstico da compreensão dos diversos níveis da turma planejar ações de acordo com as competências e habilidades de cada criança ou pelo menos usar agrupamentos participativos nos quais o professor poderá trabalhar as maiores necessidades de aprendizagem de forma diferenciada.

Se faz urgente planejar questões que são consideradas elementares, elaborar planos ou projetos sistematizando o que não foi conceituado como ideal, tratar a avaliação do plano, adaptar proposta de trabalho, essas simples ações podem redimensionar o trabalho “[...] tal proposta se nutre justamente da rica diversidade dos indivíduos [...]” (HOFFMANN 2013, p. 74).

O planejamento pode ser nacional, como é o caso da BNCC; estadual, como no Ceará destaca-se o mais PAIC para o Ensino Fundamental e nenhum aluno fora da escola para o Ensino Médio. O planejamento evita, diminui a possibilidade de improvisação, contribui com a concretização dos objetivos, promove a eficácia no ensino, garante economia de tempo e energia.

O projeto político pedagógico da escola é um planejamento macro “[...] não é algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado as autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefa burocrática” (VEIGA 2014, p. 01). Desde sua construção na escola, é responsabilidade do gestor ou professor responsável pela motivação e encaminhamentos, orientar sobre o PPP- sua razão e sentido para a escola/comunidade escolar (Idem, 2014).

O planejamento pode ser determinado como “de Ensino” o qual Libâneo (1994, p. 232) afirma ser “[...] roteiro organizado das unidades didáticas para um ano ou semestres”. O mesmo autor explicita o plano de aula.

Aborda as características do plano de aula O plano de aula é um detalhamento do plano de ensino. As unidades e subunidades (tópicos) que foram previstas em linhas gerais, são agora especificadas e sistematizadas para uma situação didática real. (LIBÂNEO 1994, p. 241)

O plano de aula é essencial para todo e qualquer momento de aula. Organiza que metodologia você vai seguir, pode sistematizar simplificando a sua prática. Deve ser







escrito e possibilita espaços de revisões contínuas. Segundo Veiga (1996) “A organização do trabalho pedagógico da escola como um todo e da aula, incidindo a sua relação com o contexto social imediato” indica bem o que é planejar, resumindo-se na intenção de realizar ações programadas não importa a dimensão.

Compreende-se então, que o ato de planejar é o ato de considerar o seu trabalho organizado, é o professor possibilitar-se e ao mesmo tempo, possibilitar ao educando melhores condições de aprendizagem. Pois quando o professor estuda, pesquisa e organiza o caminho a seguir seja o plano para um ano, um semestre, um mês uma semana, um dia, ou para uma aula; está sinalizando que é na ação sistematizada de um currículo que pode ser flexível se assim for necessário, que se pode promover atividades concernentes ao desenvolvimento do educando na idade e nas condições em que se encontra, podendo potencializar o processo de aprendizagem no ambiente escolar.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) precisa de alguns elementos básicos para sua construção como: “Saberes finalidades da escola, da estrutura organizacional, do currículo, do tempo escolar, do processo de decisão, das relações de trabalho, da avaliação” (VEIGA 1996, p. 60).

Trabalhar conteúdos programáticos ligados as competências e habilidades a serem desenvolvidas nas crianças significa envolvimento explícito da escola e do professor com as metas a serem atingidas pelos estudantes, destacamos assim, a função social da escola, pois entendermos este espaço para além da instrução. Compreende-se a escola como fonte de reconstrução social e democrática, como fonte de estudos também.

Pensando no tempo presente e nas formas de melhor saber sobre as dualidades ocorridas dentro da sala de aula quanto a complexidade de tornar hábil e competente para a aprendizagem de um dado conhecimento que ainda não detém, diante daqueles que já o possuem, a BNCC (2018) que é preciso:

Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas





e criar soluções (inclusive tecnológicos) com base nos conhecimentos das diferentes áreas (BRASIL, 2028, p.09)

10

A busca de melhores estratégias que venham ampliar as competências vem delineando projetos escolares e buscando conexão entre as orientações da BNCC (2018) e os conteúdos dos projetos e aproximação aos planejamentos da rotina escolar. Pois o grande movimento é o de saber relacionar competências curriculares à prática de ensinar e aprender os conteúdos programados “[...] E o mundo que se transforma em cultura e a cultura em mundo: é uma cultura-mundo” (MOREIRA; CANDAU, 2014, p. 10). O desejo de uma aprendizagem mais sólida insere-se tanto no preceito de cultura da escola, da comunidade escolar, quanto do professor diante das inúmeras inovações que a BNCC traz enquanto documento norteador e curricular das práticas pedagógicas.

O currículo recebeu papel decisivo de ordenar os conteúdos a ensinar; um poder regulador que se somou à capacidade igualmente reguladora de outros conceitos, como o de classe (ou turma), empregado para distinguir os alunos entre si e agrupá-los em categorias que os definam e classifiquem. (HAMILTON 1993 *apud* SACRISTAN2013, p. 17)

A partir da lógica de classificação dos saberes, se faz necessário, também o professor ter na sua formação as competências necessárias para ensinar. A lógica de que saber sobre o currículo é importante, tendo em vista, que este orienta conteúdos a serem estudados em cada nível de ensino é pertinente, tendo em vista ser o currículo um norte que regula até mesmo o tempo escolar, “[...] a cultura na escola é plena de tipos, formas, padrões, de conhecimentos, de relações, de valores, de modos de ser e de agir que envolvem as dimensões científicas, ética, política, afetiva dos alunos” (LIBÂNEO ; ALVES 2012, p. 131).

Mas não se pode esquecer, como aponta Arroyo e Silva (2012, pp. 24-25) no texto vidas precárias, corpos vitimados que é: “[...] um avanço reconhecer a vulnerabilidade do magistério, mas sem esquecer a vulnerabilidade dos alunos. A vulnerabilidade de ambos provocada pela sociedade”.

Trata-se portanto, da compreensão do complexo processo de mudanças que vai ocorrendo pelo acesso ao conhecimento tanto em educadores, facilitando o seu trabalho,





## 4 Considerações finais

A BNCC deve ser de fácil acesso a todo educador, de modo a auxiliá-los na reconstrução de caminhos didáticos viáveis, não só a compartimentação curricular e disciplinar, mas como mecanismo capaz de romper o círculo fechado que gera fracassos contínuos na escola. Portanto, se a BNCC gera curiosidade intelectual, análise crítica na busca de soluções criativas e inovadoras. Assim, considera-se relevante sabermos relacionar competências e habilidades a partir do estudo integrado da BNCC enquanto proposta flexível a mudanças capazes de redimensionar novos caminhos para o ensino e a aprendizagem na escola.

Há uma intensa cobrança por resultados satisfatórios na aprendizagem, mas não se deve negar a precarização das vidas humanas imbuídas neste jogo. Convive-se na escola com vidas vulneráveis de professores que ganham por hora aula valores insuficientes às suas necessidades. Convive-se como crianças e jovens mal cuidados, em sua maioria, que não tem moradia certa que não se alimentam bem, que têm ambos, suas esperanças plantadas na escola. E esta também encontra-se vulnerável, com suas “estruturas” abaladas diante das cobranças, da falta de segurança, da violência que desafia os saberes que conduzem a paz. Assim, nem sempre é possível, banir os corpos por uma noção de competência que se apresenta como justa, organizada e socialmente justa para todos.

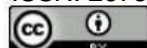
## Referências

Rev. Pemo, Fortaleza, v. 2, n. 1, p. 1-13, 2020

DOI: <https://doi.org/10.47149/pemo.v2i1.3663>

<https://revistas.uece.br/index.php/revpemo>

ISSN: 2675-519X



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) Atribuição 4.0 Internacional.



ARROYO, Miguel G. Silva. Maurício Roberto da. (orgs). **Corpo-infância**: exercícios tensos de ser criança; por outras pedagogias dos corpos. Petrópolis, RJ, Vozes, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum**. Brasília: MEC, SEB, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> . Acesso em: 30 jun. 2018.

CURY, C. R. J.; REIS, M.; ZANARDI, T. A. C. **Base Nacional Comum Curricular**: dilemas e perspectivas. São Paulo: Cortez, 2018.

DIAS, Luciana Silva; SEVERO, José Leonardo Rolim de Lima. O planejamento didático na atuação de pedagogas do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos em João Pessoa-PB. **Educação & Formação**, Fortaleza, CE, v. 5, n. 14, p. 133-149, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/1571/2479>. Acesso em: 07 mai. 2020.

FUSARI, José Cerchi. Planejamento do trabalho pedagógico: algumas indagações e tentativas de respostas. **Idéias**, São Paulo, SP, n. 8, 1990, p. 44-53. Disponível em: [http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias\\_08\\_p044-053\\_c.pdf](http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_08_p044-053_c.pdf) Acesso em: 29 abr. 2019.

GANDIN, Danilo. **Escola e Transformação social**. Petrópolis, RJ, 1991, 180 p.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliar: respeitar primeiro, educar depois** – 4ª edição. Porto Alegre: Mediação, 2013

LIBÂNEO, José Carlos. Alves. Nilda (orgs). **São Temas de pedagogia**: diálogos entre didática e currículo. São Paulo: Cortez, 2012.

\_\_\_\_\_. **Didática**. São Paulo. Cortez, 1994 (Coleção Magistério)

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**: estudo e proposições. 16ª Edição, São Paulo. Cortez, 2005.

MOREIRA. Flávio. Candau, Vera Maria (ogs) **Currículos, disciplinas escolares e culturas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014 (vários autores)

PERRENOUD, Philippe. **Construir as competências desde a escola**. Porto Alegre: Artes Médicas, Sul, 1999.

SACRISTAN. José Gimeno. **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Porto Alegre. Penso, 2013.





VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva.** Disponível em: <http://www.sinprofpdf.org.br/wpc/contem/uploads/2014/01/ppp-segundo-ilma-passos-pdf>. Acesso em: 15 abr. 2019

VICHESSEI, Beatriz. **BNCC na prática.** Nova Escola.org.br. Disponível em: <http://www.novaescola.org.br/base>. Acesso em mar. 2019.

<sup>i</sup> **Valquiria Soares Mota Sabóia**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3308-6149>

Prefeitura Municipal de Crateús, Secretaria de Educação, Escola de Cidadania Padre Bonfim. Professora efetiva na Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de Crateús. Diretora na Escola de Cidadania Padre Bonfim. Mestre e Doutoranda pela Universidade Interamericana/Assunção - PY

Contribuição de autoria: Responsável pela escrita inicial do texto.

Lattes: <http://Lattes.cnpq.br/0247147466489273>

E-mail: [valquiriamota28@hotmail.com](mailto:valquiriamota28@hotmail.com)

<sup>ii</sup> **Rozilda Pereira Barbosa**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8704-0560>

Universidade Estadual do Ceará, Faculdade de Educação de Crateús, curso de Pedagogia Especialista em Psicopedagogia pelo INTA e em Gestão Pedagógica na Escola Básica pela UECE. Professora substituta na Faculdade de Educação de Crateús

Contribuição de autoria: Colaborou com a reescrita do texto e adequações para publicação.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1682928905026688>

E-mail: [rozibarbosa@yahoo.com.br](mailto:rozibarbosa@yahoo.com.br); [rozilda.barbosa@uece.br](mailto:rozilda.barbosa@uece.br)

**Editora responsável:** Cristine Brandenburg

## Como citar este artigo (ABNT):

SABÓIA, Valquiria Soares Mota; BARBOSA, Rozilda Pereira. Base Nacional Comum Curricular: competências, habilidades e o planejamento escolar. **Rev. Pemo**, Fortaleza, v. 2, n. 1, p. 1-13, 2020. Disponível em:

<https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/3663>

